

PROJETO DE LEI Nº 3.884, DE 2004
(Do Poder Executivo)

Institui normas gerais de contratos para a constituição de consórcios públicos, bem como de contratos de programa para a prestação de serviços públicos por meio de gestão associada e dá outras providências.

EMENDA Nº _____, DE 2004
(Do Sr. José Carlos Aleluia e outros)

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 3º, Projeto de Lei nº 3.884, de 2004:

“Art. 3º

§ 1º Considerando o objetivo previsto no inciso XIII do *caput* deste artigo, os Municípios não poderão delegar competências que exijam execução por meios de instrumento de direito público, sob pena de nulidade.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Para Maria Silvia Zanella Di Pietro, “*consórcio administrativo é acordo de vontades entre duas ou mais pessoas jurídicas públicas da mesma natureza e mesmo nível de governo ou entre entidades da administração indireta para a consecução de objetivos comuns.*” É unânime na melhor doutrina a idéia de que os consórcios são de acordos, despersonalizados, que se caracterizam por serem firmados entre entidades públicas da mesma espécie ou do mesmo nível

A figura dos consórcios administrativos apresenta as mesmas características do convênio: as entidades têm competências iguais, exercem a mesma atividade, objetivam o mesmo resultado, estabelecem mútua cooperação. Diferem, entretanto, quanto às pessoas que o firmam.

No projeto original, as vedações do § 1º do art. 3º são destinadas, também, à União, nos seus compromissos firmados com os Estados ou com os Municípios, e aos Estados, estes últimos nos compromissos firmados com a União ou com os Municípios.

Como o instituto dos consórcios públicos permite acordos firmados somente entre entidades públicas de mesma espécie, foi feita uma adequação por intermédio desta emenda, para que o projeto fique perfeitamente adequado à figura que ele pretende regulamentar.

Sala das Sessões, _____ de agosto de 2004.

Deputado